

O Presente processo licitatório possui como objeto o fornecimento de refeições aos servidores e presos do Presídio de São João Del Rei e Presídio de Resende Costa, totalizando 2.298,61 refeições diárias¹. Nessa linha, para comprovação da aptidão técnica, seria necessário que o licitante vencedor da fase de lances, apresentasse atestados de capacidade técnica com o quantitativo mínimo de 1.149,30 refeições diárias, conforme o item do 4.2 do Termo de Referência (anexo do edital):

Item 4.1. Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e **compatível em quantidade (pelo menos 50% [cinquenta por cento] do quantitativo licitado)**, características e prazos iguais ao objeto da licitação. **A referida comprovação se dará com a apresentação de 1 (um) ou mais atestados de capacidade técnica, com no mínimo 1 (um) ano concluso de prestação de serviço**, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado no Conselho Regional de Nutricionistas – CRN -, que comprove a aptidão para desempenho a contento de fornecimento de refeições e/ou lanches. **(grifo nosso)**

Assim sendo, a empresa **APARECIDA REGINA CASSAROTTI**, com melhor valor ofertado na fase de lances, apresentou para habilitação toda a documentação pertinente, dentre eles, Atestados de Capacidade Técnica.

Ao analisar tais documentos, verificou-se que a empresa enviou 13 (treze) atestados. Desses, foram considerados apenas o emitido pela Penitenciária Estadual de Londrina II, pois atendeu os requisitos do edital. Abaixo, segue quadro demonstrativo com os períodos de fornecimento e quantitativos¹:

Atestado de Capacidade Técnica	Data de início do contrato	Data de término do contrato	Período	Quantitativo de refeições fornecidas/dia ¹
Penitenciária Estadual de Londrina II	06/11/2012	05/11/2015	1 ano concluso	Café da manhã - 1.150/10 = 115 refeições Almoço - 1.150 refeições Lanche - 1.150/10 = 115 refeições Jantar - 1.150 refeições Total - 2.530 refeições

Verifica-se no quadro apresentado, que o atestado possui 1 (um) ano concluso de prestação de serviço e fornecimento total de **2.530 refeições diárias**. Comprovando assim, o mínimo de 50% do quantitativo licitado (**1.149,30 refeições diárias**).

Quanto à primeira alegação da recorrente, cabe esclarecer que o fato dos quantitativos descritos no atestado de capacidade técnica emitido pela Penitenciária Estadual Londrina II possuírem quantitativos iguais nas refeições, não caracteriza motivação para dúvidas quanto a sua veracidade, haja vista que a logística de fornecimento pode ser distinta entre os estados da federação, ou seja, os padrões praticados no Paraná não necessariamente deverão ser iguais aos moldes de Minas Gerais. Outrossim, o simples fato do atestado está devidamente assinado, carimbado e registrado no Conselho Regional de Nutricionistas - CRN (4876469), entidade competente para atestar e conferir autenticidade a tais documentos, torna-o válido para comprovação de aptidão técnica em processos licitatórios. Insta enfatizar também que tal atestado foi emitido pela Secretaria de Estado da Segurança Pública e assinado pela vice-diretora da unidade, detentora de fé pública para tanto.

Porém, a fim de proporcionar maior acuracidade à decisão dessa diretoria, realizou-se uma consulta via correio eletrônico (6609442) à Secretaria de Estado da Segurança Pública (órgão emissor dos atestados de capacidade técnica em comento), solicitando esclarecimentos sobre os quantitativos de refeições descritos no atestado referente ao fornecimento na Penitenciária de Londrina II, atestando a veracidade deste em sua resposta (6609538).

Em relação à segunda alegação da recorrente, cumpre ressaltar que essa está equivocada em seus apontamentos, visto que a empresa **APARECIDA REGINA CASSAROTTI** apresentou atestado de capacidade técnica constando fornecimento de **2.530 refeições diárias**, atendendo o mínimo de 50% do quantitativo licitado, qual seja, **1.149,50 refeições diárias**.

Ante ao exposto, reafirma-se que a empresa **APARECIDA REGINA CASSAROTTI**, apresentou documentação válida, tornando-se habilitada, para o pregão 46/2019, cujo objeto é o fornecimento de refeições para os Presídios de São João Del Rei e Presídio de Resende Costa. Cumpre frisar, que a análise técnica é pautada pelos princípios e normas que regem o procedimento licitatório brasileiro, em destaque a legalidade, impessoalidade, moralidade e vinculação ao instrumento convocatório. Portanto tal recurso não merece acolhimento.

Cumpre ressaltar que se encontram supramencionados os quesitos técnicos, no entanto, a decisão final diante da aceitabilidade do recurso ora apresentado caberá à autoridade pregoeira/autoridade homologante.

Sem mais para o momento, coloco-me a disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente,

Patrícia Greice Soares

Nutricionista/DNU

De acordo:

Juliana Aparecida Pereira

Diretoria de Nutrição

¹Para o cálculo do quantitativo das refeições fornecidas utilizamos a Resolução CFN nº 380/2005, que define que uma grande refeição (almoço e jantar) equivale a dez pequenas refeições (desjejum, lanche e lanche noturno). Desta forma, divide-se o total das pequenas refeições por 10 e soma com as grandes refeições, totalizando o quantitativo diário.

Assim sendo, não merecem prosperar as alegações da Recorrente, haja vista que consoante manifestação da área técnica competente, comprovada pelas informações do órgão emissor do atestado o qual também atestou sua veracidade, a empresa Aparecida Regina Cassarotti, apresentou atestado de capacidade técnica verdadeiro, comprovando o fornecimento **diário de refeições**, atendendo o mínimo de 50% do quantitativo licitado, o qual possui fé pública e foi devidamente registrado no Conselho Regional de Nutricionistas - CRN, cumprindo então as disposições do Instrumento Convocatório, item 8.6 - Da Qualificação técnica.

7. CONCLUSÃO

Com base no exposto acima, a Comissão Permanente de Licitação firma convencimento no sentido de que, em que pesem os argumentos da Recorrente, tais pleitos não merecem acolhimento, vez que a decisão de habilitação está fulcrada nos princípios e normas que regem o procedimento licitatório brasileiro.

8. DECISÃO FINAL

Por todo o exposto, e diante da análise das razões e contrarrazões apresentadas, este Pregoeiro Suplente, no uso de suas atribuições em observância à Lei Federal nº 8.666/1993 e o Decreto Estadual nº 44.786/2008, bem como em respeito aos princípios licitatórios, **CONHECE** do Recurso Administrativo interposto pela empresa **AC BATISTA ALIMENTAÇÃO LTDA.**, tendo em vista a tempestividade para, no **MÉRITO, NEGAR-LHE PROVIMENTO**.

Desta forma, nada mais havendo a relatar submetemos à Autoridade Administrativa Superior para apreciação e decisão, tendo em vista o princípio do duplo grau de jurisdição e conforme preceitua o art. 109, § 4º da Lei 8.666/1993.

Atenciosamente,

Ângelo Fernando Van Doornik

Pregoeiro Suplente

MA SP 1.277.422-0

Daniele Lopes Cruz